



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

11453 - Resumo Expandido - Trabalho - 4ª Reunião Científica da ANPEd Norte (2022)

ISSN: 2595-7945

GT 02 - História da Educação

Mulheres Pescadoras, Ação e Identidade: Colônia de Pescadores Profissionais Artesanais Z-16 de Miracema e Tocantins /TO

Seila Sousa dos Santos Ferreira - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

Vanda Elizete Vieira da Costa - UFT-PPPGE - UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

Maria das Dores Silva - UFT-PPPGE - UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

### **MULHERES PESCADORAS, AÇÃO E IDENTIDADE: COLÔNIA DE PESCADORES PROFISSIONAIS ARTESANAIS Z-16 DE MIRACEMA E TOCANTÍNIA /TO**

A referida pesquisa viabiliza o estudo sobre mulheres pescadoras: ação e identidade: Colônia de Pescadores Profissionais Artesanais Z-16 de Miracema do Tocantins e Tocantínia /TO. (COPEMITO). Sendo assim, estudando a disciplina “História, Memória e Educação” no Programa de Pós Graduação em Educação - PPGE, da Universidade Federal do Tocantins busquei subsídios para contar a história dessas mulheres pescadoras.

No entanto, estudos e pesquisas têm mostrado uma crescente tentativa de viabilizar os trabalhos que as mulheres executam nas atividades da cadeia da pesca nos mais variados papéis. Costa (1989:22) afirma que:

“a identidade é tudo que se vivencia (sente, enuncia) como sendo eu, por ocasião àquilo que se percebe ou anuncia como não eu (aquilo que é meu; aquilo que é outro).” O autor ainda destaca que “a identidade não é uma experiência uniforme, pois é formulada por sistema de representações diversas. Cada um destes sistemas corresponde ao modo como o sujeito se atrela ao universo sócio - cultural. Existe assim, uma identidade social, étnica, religiosa, de classe; profissional, sexual etc.” E enfatiza: “estas diversas representações do sujeito possuem regras de formação e manutenção, baseadas em normas que o orientam no cumprimento e julgamento do seu desempenho identificatório”.

No entanto, a presença feminina na liderança da colônia de pescadores Z-16 no município de Miracema do Tocantins se mantém na beira do rio, do lago e na terra, neste momento suas histórias estão sendo reescritas por outras práticas e outros dizeres refeitos por essas mulheres. Neste sentido, leva a mulher a uma situação coadjuvante. Sobre esse assunto, Maneschy (1999) ressalta sobre o caráter completar da atividade feminina.

O objetivo dessa pesquisa consiste em conhecer e compartilhar histórias de vida das mulheres pescadoras, com o intuito de contar um pouco de suas histórias, e prestar homenagem a essas mulheres com espírito de luta e de convivência harmônica com a natureza através de suas ações. Tendo como sujeito privilegiado da pesquisa as mulheres pescadoras. Porém submergir o universo da pesca artesanal através da minha realidade vivenciada, ou seja, convivência diária, por meio das mobilizações, de cursos, e atividades realizadas.

Contudo, a Constituição Federal de 1988 foi um marco normativo no processo de redemocratização para avanços no processo de criação de políticas direcionadas para as mulheres haja vista que para garantir o direito das mulheres é preciso avançar em políticas sociais com perspectivas de gênero, para garantia do pleno emprego e de políticas macroeconômicas baseadas nos direitos humanos.

A pesca artesanal é uma atividade econômica secular que perpassa gerações, tendo sua prática fortemente marcada pela presença masculina, ainda que a presença feminina sempre foi uma constante, em especial nas atividades de pré e pós captura do pescado. No Brasil, são produzidos 1.240.000t de pescado por ano, dos quais aproximadamente 45% são oriundos da pesca artesanal. Existem oficialmente 970 mil pescadores registrados, dos quais 957 mil são artesanais, organizadas em cerca de 760 colônias, 137 sindicatos e 47 cooperativas (MPA, 2011).

De acordo com Lima (2003), a participação das pescadoras nas políticas públicas ocorreu em dois momentos: o primeiro, nos meados da década de 1990, sobretudo com a inclusão dos pescadores artesanais como segurados especiais, assegurando os direitos previdenciários a estes, bem como aos membros do grupo familiar (mulheres e adolescentes); e um segundo, caracterizado, no ano de 1995, pela pressão de organizações não governamentais financiadoras das entidades que atuam com a categoria dos pescadores.

Esses dois acontecimentos também contribuíram para a visibilidade da mulher na pesca. Como estratégica Guedes (2007) e Sena (2001) mencionam que algumas mulheres têm se cadastrado nas entidades representativas de classe como pescadoras, a fim de reconhecimento profissional e, conseqüentemente, acesso a direitos sociais.

De modo geral, a literatura que se dedica a explicitar a participação política das mulheres o faz destacando o engajamento destas em grupos de bairro, em instituições cuja finalidade está situada nas questões de trabalho e, ou, de gênero ou em movimentos sociais como espaços de discussão.

É notório saber que em grande parte do país, as mulheres desempenham a pesca profissional a partir da configuração familiar. E uma das primeiras políticas públicas foi pensada a partir dessa configuração, essas mulheres sempre estavam ao lado dos seus esposos, desempenhando a atividade pesqueira, porém sem nenhum amparo legal.

Leitão (2009) em seu texto 30 Anos de Registro de Pesca para as Mulheres, destaca os principais marcos na história das colônias de pescadores/as, para a compreensão da invisibilidade das mulheres na cadeia produtiva da pesca:

1) As primeiras colônias de pescadores do Brasil foram estabelecidas a partir de 1919 sob a tutela da Marinha de Guerra; 2) Em 1920 foi criada a Confederação dos Pescadores do Brasil; 3) A partir de 1970, foi criada a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca – SUDEPE, sendo abolida a Divisão de Caça e Pesca; 4) A Constituição de 1988 estabelece a equiparação das colônias aos sindicatos de trabalhadores rurais; 5) Na década de 1980 foi criado o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, órgão na ocasião responsável por gerenciar e promover o desenvolvimento do setor pesqueiro do país. Na década de 1990, o Ministério da Agricultura volta a incorporar os Dossiês: História das Mulheres, Gênero e Interseccionalidades REHR | Dourados, MS | v. 14 | n. 28 | p. 232-258 | jul. / Dez. 2020 235 pescadores artesanais dentro de sua estrutura; 7). Em 2003 a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca passa a coordenar as ações e políticas públicas da pesca e aquicultura, transformada em Ministério desde 2009. (Leitão, 2009, p. 3-4).

Segundo o autor acima, pude observar que em nem um momento teve uma política exclusiva voltada para as mulheres pescadoras. Segundo Leitão (2009) diz que a política nacional voltada para a categoria tem como objetivo promover e apoiar iniciativas de desenvolvimento local sustentável visa tanto atividades pesqueiras como também a elas relacionadas e que a intenção é de buscar promover a inclusão social e qualidade de vida a partir de princípios e práticas da pesca responsável que preservem o ambiente.

Com a elaboração da Lei nº 11.959/2009, conhecida como a Lei da Pesca, que ampliou o entendimento do conceito de pesca, e a inclusão de várias atividades desenvolvidas pelas mulheres como parte da cadeia produtiva da pesca que dispõe, sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei nº 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivos do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências.

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, formulada, coordenada e executada com o objetivo de promover: I – o desenvolvimento sustentável da pesca e da aquicultura como fonte de alimentação, emprego, renda e lazer, garantindo-se o uso sustentável dos recursos pesqueiros, bem como a otimização dos benefícios econômicos decorrentes, em harmonia com a preservação e a conservação do meio ambiente e da biodiversidade; II – o ordenamento, o fomento e a fiscalização da atividade pesqueira; III – a preservação, a conservação e a recuperação dos recursos pesqueiros e dos ecossistemas

aquáticos; IV – o desenvolvimento socioeconômico, cultural e profissional dos que exercem a atividade pesqueira, bem como de suas comunidades.

Neste enfoque ressalta que mulheres do campo e da cidade estão envolvidas em ações que visam o fortalecimento das organizações produtivas e do empreendedorismo, com o intuito de garantir que a autonomia econômica atenda às demandas de acesso a terra, assistência técnica e a especificidades de seus saberes. Para garantir uma sociedade justa e democrática é necessário à igualdade entre mulheres e homens com as implementações de medidas que favoreçam e contribuam para a participação das mulheres neste cenário como um importante aspecto da construção cidadã.

A técnica utilizada para o desenvolvimento da pesquisa de campo foi com base no método da história oral, com viés na História Oral Temática, que por sua vez consiste na coleta de dados por meio de entrevistas semiestruturada, análise documental e entrevistas que serão gravadas com as narrativas das mulheres pescadoras da colônia de pescadores de Miracema do Tocantins, e transcritas fideguinamente.

Após a entrevista os trabalhadores da pesca receberam um termo de consentimento, onde autorizava a utilização das suas respostas para a pesquisa. Existem 46 pescadores cadastrados. Esta pesquisa esquadrinhou-se para contribuição aos estudos relacionados às mulheres que atuam na atividade pesqueira, em especial às que atuam no Município de Miracema do Tocantins e Tocantínia - Tocantins e para isso buscou alguns autores para realizar a pesquisa como (MANESHY, 1999, p. 163). (PASSERINI, 2011, p. 100), (Lima & Leitão, 2014), (Escallier, 1999; Maneschy, 1995), (LEITÃO, 2012) dentre outros.

Dentro do método história oral temática, a pesquisa é de natureza aplicada compreendendo os objetivos no contexto exploratório. A pesquisa exploratória possui um planejamento flexível sob diversos aspectos incorporando-se ao método, do ponto de vista técnico, será realizada uma pesquisa bibliográfica, documental e de campo.

Do ponto de vista da configuração da abordagem, a pesquisa é qualitativa, seguindo o enfoque de Prodanov (2013) na qual o pesquisador mantém contato direto com o ambiente e o objeto de estudo, necessitando de um trabalho intensivo de campo. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com três mulheres, entre 35 e 68 anos de idade, moradores do Município de Miracema- TO. As entrevistas, e a observação dentro da colônia evidenciaram que as mulheres guerreiras da Colônia Z-16 de Miracema e Tocantínia participam de toda cadeia produtiva da pesca e também da comercialização do pescado.

A associação das mulheres pescadoras de Miracema desenvolve atividades junto a outros movimentos sociais com diversas entidades representativas como luta pelo reconhecimento profissional.

A Colônia de Pescadores tem realizado atividades que levou a comunidade de

Miracema e Tocantínia reconhecerem a sua importância, entre elas está a Festa do Dia do Pescador (29 de junho), a Semana do Peixe, com venda de peixes a um preço mais acessível para incentivar o consumo de peixe (outubro), limpeza nas margens do rio Tocantins e caminhada ecológica em parceria com a Prefeitura, Escolas, Ruraltins, Defensoria Pública, Instituto Art' Afro, Direitos Humanos, Igrejas, Associações, Conselhos e o Tiro de Guerra (TG), dentre outros.

E assim, esse momento de conversa compuseram momentos agradáveis aos quais me propus em uma escuta disponível e agradável. Algo que remete ao que Bourdieu (2003 [1993]), definiu como “uma escuta ativa e metódica [...]. Efetivamente, ela associa a disponibilidade total em relação à pessoa interrogada, a submissão à singularidade de sua história particular [...]” (BOURDIEU, 2003 [1993], p. 695). Ou seja, uma escuta focada totalmente na atenção à narrativa do outro buscando, “além de olhar, ver; além de ouvir, escutar; além dos fatos, sentido” (MALUF, 1999, p.70), espaço esse que me permitiu coletar narrativas importantíssimas que emergia da memória destas pescadoras.

As atividades pesqueiras dessas mulheres hoje são caracterizadas como aquelas que exigem coragem, força e bravura, e, conseqüentemente, era realizada pelo homem pescador, mas isso não é o que se retrata, as mulheres trabalham na pesca, muitas desde criança participam de toda a cadeia produtiva do pescado que vai desde a captura de espécies, beneficiamento do pescado e comercialização. São horas intensas de trabalho, e ainda pouco valorizadas socialmente.

Independentemente das atividades que elas realizam no setor pesqueiro, não são poupadas do trabalho doméstico. Algumas mudanças podem ser vistas, especialmente fruto das organizações políticas das mulheres, a exemplo da Articulação Nacional de Mulheres Pescadoras, que tem politizado o debate sobre o trabalho das mulheres na pesca e influenciado as políticas públicas para o setor.

Os resultados apontam que as mulheres participam de toda a cadeia produtiva do setor desde a pesca até a realização de projetos sociais onde todos os membros contribuem para a organização social e cultural desta colônia. Conclui-se que se trata de um trabalho educativo e de mobilização nas entidades representativas de classe e no reconhecimento das mulheres como profissionais nesse setor, sendo importante dizer que não se trata somente de uma profissão, mas de identidade e ação, visto que o movimento segue com diversas ações sociais e em defesa das águas do rio Tocantins.

As mulheres da colônia de pescadores de Miracema criam vínculos afetivos, constroem redes de apoio e de troca na qual compartilham suas vidas, socializam informações bem como incentivam umas às outras a serem protagonistas de suas vivências e de sua identidade, trazendo constantemente à tona assuntos ligados às mulheres de fibra que são dentro da associação. Diversas ações efetivas são realizadas como trabalho educativo e de mobilização junto às comunidades pesqueiras.

E assim, o fortalecimento das organizações políticas de mulheres em nível local e da Articulação das Mulheres Pescadoras é um dos caminhos para a superação da hierarquia e, além disso, são necessárias cada vez mais políticas públicas municipais, estaduais e federais de fortalecimento do trabalho das mulheres com enfoque na visibilidade dessas mulheres.

**Palavras-chave:** Mulher Pescadora. Rio Tocantins. Colônia de Pescadores.

## REFERÊNCIAS

ALBERTI, V. **História oral: a experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1990.

Alves, A. J. (1991). **O planejamento de pesquisas qualitativas em educação**. Cadernos de Pesquisa, 77, 53-61.

BENJAMIN, W. O narrador. In: Textos escolhidos. Tradução de Erwin Theodor Rosental. São Paulo: Abril Cultural, 1975. p. 69.

COSTA, J. F. (1989). **Psicanálise e contexto cultural: imaginário psicanalítico, grupos e psicoterapias**. Rio de Janeiro: Campus.

Constituição Federal do Brasil. **Promulgada a 05 de outubro de 1988**.

Escallier, C. (1999). **O papel das mulheres da Nazaré na economia haliêutica**.

Escallier, C. (1999). **O papel das mulheres da Nazaré na economia haliêutica**. Etnográfica, 3(2). Recuperado a partir de [http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol\\_03/n2/vol\\_iii\\_n2\\_293-308.pdf](http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_03/n2/vol_iii_n2_293-308.pdf)

Guedes, N. (2007). **Mulheres pescadoras tecendo novas redes**. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal Rural de Pernambuco, Programa de Pós graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local, Recife.

LEITÃO, Maria do Rosário de Fátima Andrade. Gênero e Políticas Públicas na pesca artesanal em Itapissuma. In: Angelo Bras Callou Fernandes e Maria Sallet Tauk. (Org.). **Comunicação, gênero e Cultura em Comunidades pesqueiras tradicionais**. Recife: FASA, 2009, v. 1, p. 161-174.

LEITÃO, M. do R. de F.A. **Gênero e pesca artesanal**. Recife: Linceu, 2012 Disponível em <<http://dx.doi.org/10.5894/rgci593>>. Acesso em: 06/04/2022

Lima, J. P. (2003). **Pescadoras e donas de casa: a invisibilidade do trabalho das mulheres numa comunidade pesqueira: o caso da Baía do Sol**. (Dissertação de Mestrado), Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-graduação em Sociologia, Belém.

Maneschy, M. C. (1999). **Pesquisa e participação: relato de uma experiência com mulheres pescadoras do litoral paraense**. In L. M. Álvares & E. F. Santos (Orgs.), Olhares e diversidades: os estudos sobre gênero no norte e nordeste. (pp. 337-348). Belém: GEPEN/CFCH/UFGPA, REDOR - N/NE.

Maneschy, M. C. (1995). **A mulher está se afastando da pesca? Continuidade e mudança no papel da mulher na manutenção doméstica entre famílias de pescadores no litoral do Pará**. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, 11 (2), 145-166.

MALUF, Sahid. **Teoria geral do estado**. 25. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.p. 70.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico: Métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. Universidade FEEVALE. 2ª edição. Novo Hamburgo, RS, 2013.

PASSERINI, Luisa. **A memória entre a política e emoção**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

ROSÁRIO, J. J. do. **Cultura educação e sustentabilidade: práticas de vida da mulher trabalhadora da maré**. *Revista Espaço Livre*, v. 5 n. 10, jul/dez, 2010 Disponível em: <<http://redelp.net/revistas/index.php/rel/article/view/602>>. Acesso em:06/04/2022

SENA, M. G. C. (2001). **Onde o paraíso mostra seu avesso: cenas de trabalhadoras nas matas e mangues de Taperoá**. (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Programa de Pós-graduação em Sociologia, São Paulo.

SILVA, V. L.; LEITÃO, M. do R. de F. A. O processo de reconhecimento jurídico do trabalho das pescadoras artesanais catarinenses e a indefinição de direitos trabalhistas e previdenciários. **Periódico do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero e Direito Centro de Ciências Jurídicas**, v. 5, no 01, Paraíba: UFPB, 2016 Disponível em: <<https://doi.org/10.22478/ufpb.2179-7137.2016v5n1.28444>>. Acesso em: 06/04/2022.